

O IMPACTO DAS FÁBRICAS DE BOLSAS EM SERROLÂNDIA-BA: CONTRIBUIÇÕES OU ENTRAVES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Ivaneide Silva dos Santos¹

RESUMO: *O presente artigo é fruto de um trabalho de pesquisa do curso de Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da Bahia – Campus V. O objetivo desta pesquisa é analisar o impacto das fábricas de bolsas no espaço geográfico de Serrolândia-BA, bem como suas contribuições ou entraves para o Desenvolvimento Local Sustentável. Trata-se de um Estudo de Caso, sendo que os procedimentos metodológicos foram realizados a partir do levantamento bibliográfico, seguido da realização de entrevistas abertas aos funcionários das fábricas e à população, visita a campo para observação da realidade e comparação com a base teórica. Os resultados obtidos ainda não são satisfatórios, já que a pesquisa se encontra em andamento.*

Palavras-chave: Espaço geográfico; Indústria; Desenvolvimento local sustentável

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem como objeto de estudo as fábricas de bolsas sintéticas e personalizadas instaladas na cidade de Serrolândia, localizada no piemonte da Chapada Diamantina em pleno Sertão da Região Nordeste Brasileira, no Estado da Bahia. Esse município de pequeno porte possui uma população que chega a 14.000 habitantes (12.609, segundo os dados preliminares do Censo do IBGE de 2000), sendo que nos últimos anos a população urbana aumentou significativamente.

Baseada na tríade espaço-indústria-desenvolvimento sustentável, esta pesquisa tem como objetivo analisar o impacto das fábricas de bolsas no espaço geográfico de Serrolândia, bem como suas contribuições ou entraves para o desenvolvimento local sustentável. É um estudo que versa sobre o entendimento da dinâmica do modo de produção capitalista industrial e suas marcas na organização da sociedade.

Por acreditar que o estudo desta temática é de grande relevância para a sociedade serrolandense, visto que, ao longo dos últimos anos, o número de fábricas de bolsas sintéticas e personalizadas instaladas nesta cidade aumentou consideravelmente, promovendo uma reestruturação territorial e, conseqüentemente, a transformação do espaço geográfico, é que se justifica a importância desta pesquisa. Além disso, pela preocupação com a questão ambiental do município e sua relação com a implantação destas fábricas.

Essas empresas, caracterizadas pelo ramo da indústria de transformação de bens de consumo, foram implantadas pelos próprios moradores da cidade no início da década de 1990 e atualmente contam com aproximadamente 13 estabelecimentos, não levando em conta os chamados “fundos de quintal”, ocupando aproximadamente 40% do ramo industrial do município. Desenvolvem variadas atividades, desde as funções da parte administrativa e financeira ligadas à técnica de informação e ao marketing, às vendas e encomendas de produtos e

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Memória, Cultura e Desenvolvimento Regional, UNEB Campus V; Especialista em Metodologia e Ensino da Geografia pela UNEB - Campus IV. ivaneide-uneb5@hotmail.com.

matérias-primas, até as formas de produção como o corte do material (bagum, nylon, lona ou napa), a pintura (com produtos altamente tóxicos e prejudiciais ao ambiente), a costura, a embalagem e o transporte da mercadoria. Essas atividades, apesar de gerarem lucro, acarretam um consumo de energia e matéria, além da produção de resíduos que podem gerar danos ao ambiente local.

Nesse contexto, é preciso refletir sobre as questões ambientais relacionadas ao funcionamento dessas fábricas e seu modo de produção capitalista, uma vez que não sabemos quais as ações realizadas nas mesmas que podem contribuir para a melhoria da qualidade sócio-ambiental da cidade. A partir desta inquietação faz-se necessário abordar sobre o desenvolvimento sustentável. Este, por englobar um conjunto de mudanças na estrutura de produção e consumo, invertendo o quadro de degradação ambiental e miséria social, emerge modernamente como contraponto aos tradicionais modelos de desenvolvimento econômico, caracterizados pelos fortes impactos negativos na sociedade e no meio ambiente, sobretudo pela extração ilimitada dos recursos naturais acima da capacidade dos ecossistemas.

Analisando esta afirmação, percebemos que o Desenvolvimento Econômico Local deve levar em consideração não só a dimensão econômica, mas social, cultural, ética e ambiental. Desta forma, surge uma questão: Qual o impacto provocado por estas fábricas no espaço geográfico de Serrolândia e de que forma elas podem contribuir para o Desenvolvimento Local Sustentável? Essa pergunta torna-se, então, o cerne da problemática desta pesquisa.

Esperamos, com o resultado desta pesquisa, contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento que seja economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente equilibrado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Milton Santos (2001), em cada momento da história humana há uma produção de ordem espacial, que se associa a uma ordem econômica e a uma ordem social. Essa relação se dá a partir da ação dos agentes sociais produtores do espaço geográfico que vem sendo configurado e transformado para atender, sobretudo, às forças do processo de produção capitalista industrial e o meio técnico-científico-informacional caracterizado pela fase atual da globalização.

Sabemos que o conceito de espaço é bastante complexo e utilizado por diversas ciências com diferentes acepções. Contudo, o que pretendemos aqui é realizar uma abordagem sobre o espaço geográfico, conceito-chave da ciência geográfica, para entendermos o processo de apropriação e transformação no qual o mesmo vem sofrendo ao longo do tempo pelos diversos agentes sociais, principalmente no contexto de mundo atual. Tomemos como referência teórica o conceito de espaço geográfico proposto por Milton Santos (2004):

O espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de uma natureza natural, onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar à idéia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano. (SANTOS, 2004. p. 150).

Para o autor, a definição de espaço geográfico se torna árdua porque sua tendência é mudar com o processo histórico, sendo que as formas e os conteúdos com que se apresenta são variados. Contudo, este é considerado como a morada do homem, o seu lugar de vida e de trabalho, portanto, é também social. Suas formas e conteúdos, apesar de serem variados, podem

ser percebidos através da acumulação das ações humanas nas paisagens que observamos e que vão se modificando ao longo do tempo e imprimindo novas características ao espaço geográfico e no modo de vida das pessoas.

Ana Fany (1994, p. 15) contribui para o entendimento deste conceito abordando que “o espaço geográfico deve ser concebido como um produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante”. A autora entende que essas relações são relações de trabalho dentro do processo produtivo da sociedade e que a ação humana transforma a natureza em espaço geográfico a partir de sua apropriação.

Partindo destas concepções é possível perceber que através da imposição da globalização e, principalmente, pelos impactos das inovações tecnológicas na sociedade atual, o espaço está sendo constantemente modificado. Está formado cada vez mais por objetos técnicos e artificiais e ações artificializadas devido à aceleração dos fluxos da economia informacional que estão transformando as relações entre os homens e entre estes e a natureza, imprimindo novos padrões de comportamento e valores sociais.

O atual período, também chamado de meio técnico-científico-informacional, tem uma grande parcela de contribuição no que se refere a uma nova desarticulação social, a exemplo daquela ocorrida no início da Revolução Industrial, só que agora de forma muito veloz, promovendo, de um lado, o desenvolvimento econômico e a acumulação de capital concentrado nas mãos de uma minoria, e de outro, provocando grandes desequilíbrios ambientais que vêm repercutindo negativamente em diferentes dimensões, seja na economia, na política ou no âmbito sócio-cultural.

É preciso também analisar o papel das indústrias enquanto agentes produtoras e modificadoras do espaço e das relações sociais e territoriais em função dos interesses do capitalismo, assim como diagnosticar seus impactos positivos e/ou negativos provocados nas diversas escalas sócio-espaciais e ambientais, seja de ordem local, regional ou global, no campo ou na cidade, devido o uso intensivo das diferentes técnicas de produção e novas fontes de energia atreladas ao avanço nos transportes de mercadorias e pessoas ampliando as fronteiras geográficas, além dos meios de comunicação com a rapidez nas informações simultâneas aos acontecimentos dos fatos em nível planetário.

Sabendo que o capitalismo ocorre de forma desigual e contraditória, não abrangendo todos os lugares ao mesmo tempo nem favorecendo a todas as pessoas, provocando sérios problemas relacionados com a miserabilidade da população como também comprometendo o meio ambiente, no que se refere aos diversos tipos de poluição e degradação, é possível perceber que o processo de industrialização também contribuiu para interferir e agredir a natureza, de forma progressiva, chegando a algumas áreas com problemas ambientais irreversíveis. Sobre esta questão, Jurandy Ross (2003) chama a atenção para o impacto da industrialização no mundo contemporâneo:

A sociedade industrial que o mundo contemporâneo edificou, seja no sistema de produção privado da economia capitalista, seja no sistema socialista, interferiu profundamente na natureza. Para produzir mercadorias e equipamentos, foi necessário instalar extensos complexos industriais, e para alimentá-los foi exigida a extração de matérias-primas e a exploração de fontes energéticas do mundo todo. É em torno das áreas de concentração industrial que a economia gravita e, para alimentar esse complexo sistema, o homem destrói a natureza (ROSS, 2003. p. 215).

Essa fase econômica do capitalismo na sociedade contemporânea representa uma nova forma de vida para a humanidade por promover a aplicação de novas tecnologias e maneiras de dominação e controle social. Essas tecnologias são baseadas em novas formas de produção e consumo, com a implantação de modelos de desenvolvimento econômico regidos pela norma do maior lucro em menor tempo possível, além da apropriação cada vez mais violenta dos recursos naturais e humanos.

Baseado na idéia de que o desenvolvimento econômico apresenta algumas características como concentração da riqueza da terra, da renda e do poder das forças hegemônicas da economia, promove a competitividade e a desigualdade social e econômica, como também a extração ilimitada dos recursos naturais renováveis e não-renováveis e o consumo desenfreado das populações. Celso Furtado (1996) afirma que esse desenvolvimento não passa de um mito:

Temos assim a prova cabal de que o *desenvolvimento econômico* – a idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. (...) Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento* (FURTADO, 1996. p.89-90).

Essa ação desenfreada da humanidade em busca do crescimento econômico que tem sido perverso (Sachs, 2002)², vem provocando uma crise ambiental contemporânea em todo o mundo. Como forma de entendê-la, Foladori (2001), abordando sobre a ação radical do ser humano na biosfera e o conseqüente impacto ambiental em escala mundial, gerando a preocupação com o limite do desenvolvimento, comenta que:

Apesar de não existir acordo sobre a gravidade desses problemas, nem sobre os procedimentos para encarar tal situação, a maioria das análises e propostas engloba a crise ambiental sob três temáticas: a superpopulação, os recursos e os resíduos. Por sua vez, esses três grandes problemas podem ser compreendidos sob um denominador comum: os limites físicos externos com os quais a sociedade humana se defronta. Esses limites externos se defrontam como mais população do que a que o ecossistema é capaz de suportar...como escassez de recursos diante das crescentes necessidades sociais, isto é, o limite que supõe recursos finitos ou renováveis a ritmos mais lentos que sua extração; e/ou como poluição do meio ambiente a uma velocidade que a natureza não consegue reciclar...(FOLADORI, 2001. P. 101-102).

Essa afirmação ajuda-nos a perceber que nas últimas décadas a problemática ambiental tornou-se ainda mais abrangente com o processo de relações capitalistas, o avanço da industrialização e da globalização da economia dos mercados, das empresas multinacionais, o que fez com que o meio ambiente, visto apenas como potencial econômico, atingisse proporções elevadas de degradação em todo o mundo com a destruição da biodiversidade ou a extinção de espécies, destruição progressiva da camada de ozônio por gases perigosos, aumento do efeito estufa e aquecimento global, crescimento da população mundial, poluição e indisponibilidade de água potável, além de uma atenuada produção de resíduos sólidos.

² Sachs (2002. p. 54) utiliza esse termo para abordar sobre o crescimento econômico que não leva ao desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, aumenta a preocupação mundial com a questão ambiental que também é social, marcada pela divisão de classe, miséria e desemprego, em desenvolver uma mudança de mentalidade e necessidade de aquisição de consciência e novas posturas éticas diante dos problemas socioambientais encontrados na realidade atual. Tudo isso levou à realização de várias reuniões internacionais para avaliar esse modelo de desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo promover a diminuição do acelerado ritmo de destruição dos recursos naturais e uma melhor qualidade de vida em todo o planeta.

A afirmação acima pode ser confirmada por Joyal e Martinelli (2004) que, ao analisarem o desenvolvimento econômico que considera apenas as questões financeiras, tributárias e de geração de receitas, propõem uma nova concepção, acrescentando alguns componentes sócio-culturais:

Porém, como alerta Borba (2000), para avaliar o desenvolvimento, também devem ser consideradas variáveis políticas, tecnológicas, sociais, ambientais e de qualidade de vida da população. Algumas delas são de natureza pluridimensional, como a qualidade de vida, que abarca, entre outros índices, o acesso à educação, as opções culturais, as condições de atendimento médico, a previdência social e o lazer da população (JOYAL e MARTINELLI, 2004. p. 52).

A preocupação em adotar outros padrões de desenvolvimento que não agredissem a natureza também foi expressa pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esta promoveu a I Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano em Estocolmo na Suécia, em 1972, levando os países envolvidos a criarem um Plano de Ação, com recomendações abordando sobre temas como poluição, avaliação ambiental, manejo dos recursos e dos impactos causados pelo desenvolvimento no ambiente.

A partir desta conferência, pensou-se na proposta de que o desenvolvimento econômico deve ser integrado à questão ambiental, surgindo assim uma designação de que "*O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades*". (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1983).

Partindo desse pressuposto, para ter um Desenvolvimento Sustentável é preciso que todos tenham atendidas suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas pretensões a uma vida melhor. Sobre essa questão, Tauk (1995) aborda como devem ser as relações entre ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

As relações entre ambiente e desenvolvimento estão integradas. Busca-se a distribuição de renda; porém, as políticas de desenvolvimento e o planejamento integrado das atividades setoriais levam em conta os limites colocados pela renovação dos recursos naturais, os padrões ambientais são estabelecidos biologicamente. A análise ambiental é globalizante, baseada no enfoque holístico, e o sistema de gestão é descentralizado com participação de sociedade. (TAUK, 1995. p. 94).

Assim, é preciso desenvolver políticas públicas que contribuam para uma relação integrada entre o desenvolvimento e o meio ambiente, na qual o primeiro ocorra em concordância com o segundo, aproveitando-se de suas potencialidades de forma adequada e equitativa sem exaurir os recursos naturais e nem provocar uma exploração do homem pelo homem. Ainda há outra preocupação, que Joyal e Martinelli (2004), abordando sobre o

Desenvolvimento Local frente aos impactos da globalização, também chamam a atenção, que é a qualidade de vida:

É relevante ressaltar que a qualidade de vida é primordial no desenvolvimento local. Percebe-se ainda a inserção de um novo significado para essa qualidade a ser oferecida aos cidadãos, em que, ao lado de todo um conjunto de oferta e de infra-estrutura urbana, física e social, aliado ao bem-estar da comunidade, ambiciona-se uma capacidade de consumo dessa comunidade, reflexo da sustentabilidade de uma economia local. (JOYAL e MARTINELLI, 2004. p. 4).

Contudo, percebemos que todas essas ações se dão no espaço geográfico, daí, a necessidade de se trabalhar esses termos em conjunto. Assim, com um espaço bem organizado e uma indústria que se preocupe não só com os aspectos econômicos, mas também com os sociais, poderemos pensar num desenvolvimento local sustentável, que seja economicamente eficiente, socialmente justo e ambientalmente equilibrado. Desta forma, as gerações futuras terão chance de existir e viver bem, de acordo com as suas necessidades a partir da melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência.

METODOLOGIA

A base metodológica deste trabalho consiste na realização do Estudo de Caso, o qual tem como objetivo analisar determinados fenômenos sociais para reconhecer situações específicas que podem levar ao conhecimento e obter generalizações através da observação. Para isso, é necessário fazer a identificação adequada do que o caso escolhido pode oferecer como instrumental para o reconhecimento de questões da realidade que, nesse sentido, são as fábricas de bolsas de Serrolândia enquanto objeto de estudo desta pesquisa.

Este trabalho requer a proposta de uma metodologia qualitativa que pretende compreender e explicar a dinâmica das relações dos fenômenos em estudo, através da utilização de técnicas e estratégias de pesquisa dentre elas, o levantamento bibliográfico para diagnosticar se esse tema foi objeto de estudo de outros autores e se pode contribuir para essa discussão.

É fundamental a realização de entrevistas semi-estruturadas e abertas aos trabalhadores e proprietários das fábricas de bolsas para obtenção de informações; observação da realidade através de visitas a campo para examinar o fenômeno em estudo; análise dos dados e comparação com a base teórica para, desta forma, realizar o relatório final.

O levantamento de informações constitui-se primeiramente no uso de fontes de pesquisa bibliográfica em bibliotecas e Internet, leitura de teses, dissertações, monografias, livros e demais obras; em seguida, é necessário realizar observação direta a campo, consultas de documentos do SEBRAE e do IBGE e dos órgãos públicos da cidade.

ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS DADOS

Mediante o levantamento bibliográfico sobre esta temática e as entrevistas já realizadas com alguns funcionários das fábricas, podemos notar que esse fenômeno vem contribuindo para o crescimento econômico e industrial local, uma vez que há uma grande quantidade de pessoas empregadas nessas empresas (chegando hoje a mais ou menos 400 empregos diretos), dentre elas jovens e donas de casa. Arelado a isso, o comércio local também cresceu, oferecendo novas opções de compra/venda e consumo para a população.

Atualmente produzem diversos modelos de bolsas personalizadas, atendendo a um mercado consumidor formado por óticas, casas de materiais esportivos e de construções, farmácias, casas de revelação fotográfica, lojas de celulares, etc, utilizando-as como brindes. Esse mercado consumidor está situado em todos os estados do Brasil, sobretudo Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Distrito Federal, Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que a matéria-prima para a confecção dos produtos em sua maior parte é importada e a outra vem principalmente de Rio de Janeiro e São Paulo.

Outro fator de grande relevância é a ocorrência do processo de terceirização³ da produção, o que favorece a uma maior competitividade econômica entre essas empresas, produção em larga escala e em curto tempo. Os proprietários, por sua vez, não precisam contratar mão-de-obra, não mantêm vínculo empregatício e nem pagam encargos sociais às pessoas que realizam essa tarefa. Desta forma, não há uma preocupação com a qualidade no ambiente do trabalho e nem com os trabalhadores.

Diante destas informações, faz-se necessário continuarmos com essa pesquisa para verificarmos se a implantação dessas fábricas traz a sustentabilidade sócio-econômica para a cidade e para elas próprias.

REFERÊNCIAS

- AIGNER, C. PIRES, C. LINDAU, H. (org). **Um Pouco do Mundo Cabe em Nossas Mãos: Geografizando em Educação o Local e o Global**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- BRANCO, S. M. **O Meio Ambiente em Debate**. São Paulo: Moderna, 1988.
- BRUM, A. J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 20ª ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS: Chapada Diamantina**. Salvador, 1997.
- CARLOS, A. F. A. **Espaço e indústria**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. **Metodologia da Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Papyrus, 1995.
- CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T. **Avaliação e Perícia Ambiental**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 5ª ed. São Paulo: Global, 1998.
- FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas – S. P: Editora da Unicamp, 2001.

³ Roos (2003) apresenta uma concepção de terceirização da economia abordando que “a expressão terceirização da economia passou a designar uma profunda integração ente o terciário (setor de serviços) e o secundário (setor de atividade industrial). E assim, fica cada vez mais difícil identificar as fronteiras entre os dois setores”. (ROOS, 2003. p. 369).

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MENDONÇA, F. de A. **Geografia e Meio Ambiente**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

REIS, D. P. dos. **Serrote de Ontem e Serrolândia de Hoje**. Serrolândia: 1994.

RIBEIRO, W. C. **A Ordem Ambiental Internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROSS, J.L.S. (Org) **Geografia do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2003.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____ **O Brasil, território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____ **Por uma Geografia Nova**. 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____ **Por uma outra Globalização**. 12ª ed. Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 2005.

TAUK- TORNISIELO, S. M.; GOBBI, N.; FOWLER, H. G. (Org). **Análise Ambiental: Uma Visão Multidisciplinar**. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

TELLES, M. de Q.; ROCHA, M. B. da; PEDROSO, M. L.; MACHADO, S. M. de C. **Vivências Integradas com o Meio Ambiente**. São Paulo: Sá Editora, 2002.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

www.ibge.br

www.mma.br